

SUMÁRIO

Abreviaturas.....	31
--------------------------	-----------

Capítulo 1 - Teoria Geral do Direito Processual do Trabalho 35

1. Evolução histórica no Brasil	35
2. Definição e natureza jurídica	36
3. Fontes	37
3.1. Fontes relevantes ou primárias.....	38
3.2. Fontes subsidiárias ou secundárias	39
3.3. Hierarquia e conflito entre as fontes	40
3.4. Interpretação do Direito Processual do Trabalho.....	41
3.5. Lacunas e integração do Direito Processual do Trabalho ...	42
3.6. Aplicação do Código de Processo Civil ao Processo do Trabalho.....	43
3.7. Eficácia da norma processual trabalhista.....	46
3.8. Alterações trazidas pela Lei n. 13.467/2017 (Lei da Reforma Trabalhista) e direito intertemporal.....	46
4. Princípios.....	54
4.1. Princípios constitucionais	55
4.1.1. Devido processo legal (art. 5º, LIV, CRFB/88)	55
4.1.2. Juiz natural (art. 5º, LIII, CRFB/88).....	55
4.1.3. Inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, CRFB/88).....	55
4.1.4. Contraditório e ampla defesa (art. 5º, LV, CRFB/88).....	55
4.1.5. Motivação e publicidade das decisões judiciais (art. 93, IX, CRFB/88).....	56
4.1.6. Razoabilidade da duração do processo (art. 5º, LXXVIII, CRFB/88)	56
4.2. Princípios comuns ao Direito Processual Civil e ao Processo do Trabalho.....	56
4.2.1. Princípio Dispositivo ou da Demanda (art. 2º do CPC).....	56

4.2.2. Princípio Inquisitivo ou do Impulso Oficial (art. 2º do CPC).....	57
4.2.3. Princípio da instrumentalidade das formas (art. 283 do CPC)	57
4.2.4. Princípio da estabilidade da lide (art. 141 do CPC)	57
4.2.5. Princípio da impugnação especificada (art. 342 do CPC)	58
4.2.6. Princípio da eventualidade (art. 336 do CPC).....	58
4.2.7. Princípio da preclusão (arts. 63, § 4º, 104, 209, § 2º, 278, 293, 507, 1009 do CPC).....	58
4.2.8. Princípio da boa-fé processual (arts. 5º e 79 a 81 do CPC)	60
4.2.9. Princípio da primazia da decisão de mérito (art. 4º do CPC).....	60
4.3. Princípios específicos do Direito Processual do Trabalho	60
4.3.1. Princípio da proteção.....	60
4.3.2. Princípio da busca da verdade real.....	61
4.3.3. Princípio da conciliação.....	61
4.3.4. Princípio da normatização coletiva (art. 114, § 2º, da CRFB/88)	61
4.3.5. Princípio do jus postulandi	62
4.3.6. Princípio da simplicidade	62
4.3.7. Princípio da oralidade	62
5. Métodos de Solução dos conflitos trabalhistas	64
5.1. Autodefesa ou Autotutela	64
5.2. Autocomposição	64
5.2.1. Mediação e Conciliação.....	65
5.2.2. Comissão de Conciliação Prévia - CCP.....	66
5.2.3. Processo de jurisdição voluntária de homologação de acordo extrajudicial.....	68
5.3. Heterocomposição.....	70
5.3.1. Arbitragem	70
6. Organização da justiça do trabalho	72
6.1. Órgãos da Justiça do Trabalho	72
6.2. Juízes do Trabalho.....	73
6.3. Tribunais Regionais do Trabalho	75

6.4. Tribunal Superior do Trabalho.....	76
6.4.1. Órgãos internos do TST	76
6.4.2. Órgãos auxiliares do TST.....	77
6.5. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho.....	78
6.5.1. Secretarias das varas do trabalho.....	78
6.5.2. Secretarias dos tribunais.....	80
6.5.3. Serviços de distribuição de feitos.....	81
6.5.4. Oficiais de Justiça Avaliadores.....	82
7. Competência da justiça do trabalho.....	83
7.1. Competência material (<i>rationae materiae</i>) e pessoal	84
7.1.1. Ações envolvendo relação de trabalho.....	85
7.1.1.1. Lides envolvendo Pessoas Jurídicas de Direito Público Externo	86
7.1.1.2. Lides que não são da competência da Justiça do Trabalho.....	88
7.1.1.3. Ações envolvendo agentes públicos.....	91
7.1.2. Ações envolvendo direito de greve	95
7.1.3. Ações sobre representação sindical e sindicatos ..	96
7.1.4. Mandados de segurança, habeas corpus e habeas data.....	97
7.1.5. Conflitos de competência envolvendo jurisdição trabalhista.....	97
7.1.6. Ações de indenização por dano moral ou patrimonial	97
7.1.7. Ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores por órgãos de fiscalização do trabalho	99
7.1.8. Execução, de ofício, das contribuições sociais	99
7.1.9. Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei	100
7.2. Competência Funcional	101
7.3. Competência Territorial	102
7.4. Competência absoluta e relativa.....	104
7.5. Modificação da competência	106
7.5.1. Conexão.....	106
7.5.2. Continência	107
7.6. Conflito de Competência	107
8. Tópico-síntese.....	108

Capítulo 2 - Processo e Ação Trabalhista.....	113
1. Introdução.....	113
2. Processo.....	113
2.1. Pressupostos processuais.....	114
2.1.1. Pressupostos processuais de existência.....	114
2.1.2. Pressupostos processuais positivos de validade.....	115
2.1.3. Pressupostos processuais negativos de validade.....	117
3. Ação.....	117
3.1. Conceito.....	117
3.2. Classificação das ações trabalhistas.....	118
4. Sujeitos do processo.....	119
4.1. Partes.....	119
4.1.1. Capacidade na relação processual.....	120
4.1.1.1. Capacidade de ser parte.....	120
4.1.1.2. Capacidade processual.....	120
4.1.1.3. Capacidade postulatória.....	122
4.1.2. Sucessão processual.....	125
4.2. Ministério Público do Trabalho.....	127
4.2.1. Formas de atuação.....	128
4.2.2. Princípios institucionais do MPT.....	129
4.2.3. Garantias, prerrogativas e vedações.....	129
4.3. Litisconsórcio.....	130
4.3.1. Conceito e cabimento.....	130
4.3.2. Classificação.....	130
4.3.3. Atuação dos litisconsortes.....	132
4.4. Intervenção de Terceiros.....	133
4.4.1. Modalidades de intervenção de terceiros.....	133
4.4.1.1. Assistência.....	134
4.4.1.1.1. Modalidades de assistência.....	135
4.4.1.2. Denúnciação da lide.....	136
4.4.1.3. Chamamento ao processo.....	137
4.4.1.4. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	138
4.4.1.5. Intervenção de amicus curiae.....	141

4.4.2. Oposição	142
4.4.3. Intervenção de terceiros no rito sumaríssimo.....	142
4.5. Deveres das partes, procuradores e terceiros participantes do processo	143
4.5.1. Introdução	143
4.5.2. Ato atentatório à dignidade da justiça.....	144
4.5.3. Litigância de má-fé e dano processual	145
4.5.4. Multa aplicada à testemunha.....	147
4.5.5. Vedação às expressões injuriosas.....	148
4.5.6. Assédio processual	148
5. Atos, termos, negócios jurídicos e prazos processuais.....	149
5.1. Introdução.....	149
5.2. Atos processuais	149
5.2.1. Classificação dos atos processuais.....	149
5.2.2. Do tempo e lugar dos atos processuais.....	150
5.2.3. Da prática dos atos processuais	151
5.3. Termo processual.....	151
5.4. Prazos processuais	152
5.4.1. Conceito	152
5.4.2. Contagem dos prazos processuais	153
5.4.3. Interrupção e suspensão dos prazos processuais.....	155
5.4.4. Classificação dos prazos processuais.....	157
5.5. Comunicação dos atos processuais	158
5.6. Dos negócios jurídicos processuais.....	161
6. Preclusão	162
6.1. Conceito.....	162
6.2. Classificação da preclusão.....	162
7. Despesas processuais e honorários advocatícios.....	163
7.1. Despesas processuais.....	163
7.2. Assistência judiciária gratuita e gratuidade de justiça.....	166
7.3. Honorários advocatícios sucumbenciais.....	170
8. Nulidades dos atos processuais.....	174
8.1. Princípios das nulidades	175
9. Formação, suspensão e extinção do processo	176
9.1. Formação do processo	176
9.2. Suspensão do processo.....	177
9.3. Extinção do processo.....	179

10. Procedimentos trabalhistas	179
11. Tópico síntese.....	180

Capítulo 3 - Processo de conhecimento..... 187

1. Petição inicial.....	187
1.1. Requisitos obrigatórios da petição inicial	188
1.1.1. Designação do juízo.....	188
1.1.2. Qualificação das partes.....	188
1.1.3. Breve exposição dos fatos.....	189
1.1.4. Pedido certo, determinado e com indicação de seu valor.....	189
1.1.5. Data.....	192
1.1.6. Assinatura.....	193
1.2. Requisitos facultativos da petição inicial.....	193
1.3. Petição inicial verbal	193
1.4. Alteração da petição inicial.....	193
1.5. Indeferimento da petição inicial.....	194
1.6. Improcedência liminar do pedido	195
1.7. Desistência do pedido ou da ação	196
2. Tutela provisória	198
2.1. Introdução.....	198
2.2. Espécies de tutela provisória	199
2.2.1. Características da tutela provisória.....	200
2.2.2. Requisitos para a concessão da tutela provisória.....	200
2.2.3. Tutela provisória de evidência	200
2.2.4. Forma de requerimento: incidental ou antecedente.....	201
2.2.5. Tutela provisória de urgência antecipada antecedente.....	202
2.2.6. Tutela provisória de urgência cautelar antecedente.....	202
2.2.7. Concessão liminar	203
2.2.8. Caução e responsabilidade do credor pelos prejuízos causados.....	204
2.2.9. Formas de impugnação.....	204

3. Audiência trabalhista.....	205
3.1. Introdução.....	205
3.2. Procedimento da audiência no rito ordinário.....	206
3.3. Procedimento da audiência no rito sumaríssimo	211
4. Resposta do réu.....	212
4.1. Introdução.....	212
4.2. Revelia.....	213
4.3. Contestação.....	215
4.3.1. Contestação contra o processo	215
4.3.1.1. Inexistência ou nulidade da citação... ..	215
4.3.1.2. Incompetência absoluta ou relativa ...	216
4.3.1.3. Incorreção do valor da causa.....	216
4.3.1.4. Inépcia.....	216
4.3.1.5. Perempção, litispendência e coisa julgada	216
4.3.1.6. Conexão/continência.....	217
4.3.1.7. Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização.....	217
4.3.1.8. Convenção de Arbitragem.....	218
4.3.1.9. Ausência de legitimidade ou interesse processual	218
4.3.1.10. Falta de caução ou de outra prestação que a lei exija como preliminar	218
4.3.1.11. Indevida concessão do benefício da gratuidade de justiça.....	218
4.3.2. Contestação contra o mérito.....	219
4.3.3. Fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor	219
4.3.3.1. Compensação, retenção e dedução..	220
4.3.4. Exceção de incompetência.....	221
4.3.5. Arguição de suspeição ou impedimento.....	222
4.3.5.1. Hipóteses de impedimento conforme o CPC	223
4.3.5.2. Hipóteses de suspeição conforme o CPC	223
4.3.5.3. Procedimento.....	224

4.4. Reconvenção.....	226
4.4.1. Pressupostos e requisitos da reconvenção.....	227
4.4.2. Procedimento da reconvenção	227
4.4.3. Pedido contraposto.....	228
5. Julgamento antecipado do mérito.....	228
6. Provas.....	230
6.1. Conceito.....	230
6.2. Princípios.....	230
6.3. Fases da produção da prova	231
6.4. Objeto da prova.....	232
6.5. Finalidade da prova.....	233
6.6. Ônus da prova.....	233
6.6.1. Inversão do ônus da prova	234
6.7. Prova de fato negativo.....	237
6.8. Meios de prova	238
6.8.1. Depoimento pessoal.....	238
6.8.2. Prova testemunhal	238
6.8.2.1. Número de testemunhas e intimação	239
6.8.2.2. Incapacidade, impedimento e suspeição da testemunha.....	240
6.8.2.2.1. Hipóteses de incapacidade da testemunha.....	241
6.8.2.2.2. Hipóteses de impedimento da testemunha.....	241
6.8.2.2.3. Hipóteses de suspeição da testemunha.....	241
6.8.2.3. Testemunhas com prerrogativa de função.....	242
6.8.2.4. Acareação	243
6.8.3. Prova documental	243
6.8.3.1. Exibição de documentos	244
6.8.4. Prova pericial	245
6.8.4.1. Procedimento da prova pericial.....	245
6.8.4.2. Honorários periciais	246
6.8.5. Inspeção judicial.....	248
6.8.6. Ata notarial.....	249
6.8.7. Prova emprestada	249
6.9. Produção antecipada de provas.....	250
7. Tópico-síntese.....	251

Capítulo 4 - Decisão judicial e recursos	259
1. Pronunciamentos judiciais.....	259
1.1. Sentença.....	260
1.1.1. Classificação das sentenças.....	261
1.1.1.1. Quanto ao conteúdo do pedido imediató.....	261
1.1.1.2. Quanto ao mérito	262
1.1.1.3. Quanto à espécie de cognição	265
1.1.2. Elementos da sentença.....	266
1.1.2.1. Relatório	266
1.1.2.2. Fundamentos	266
1.1.2.2.1. Requisitos legais de fundamentação da sentença.....	267
1.1.2.2.2. Proibição de decisão surpresa (arts. 9º e 10 do CPC).....	270
1.1.2.3. Dispositivo	273
1.1.2.4. Requisitos específicos da sentença trabalhista.....	274
1.1.2.5. Hipoteca judiciária e protesto judiciário	275
1.1.3. Defeitos da sentença	277
1.1.3.1. Sentença citra petita ou infra petita...277	
1.1.3.2. Sentença ultra petita.....	277
1.1.3.3. Sentença extra petita	278
1.1.3.4. Erros materiais.....	278
1.1.3.5. Publicação e intimação da sentença ..	278
1.2. Observância da jurisprudência dos tribunais.....	279
1.3. Ordem cronológica dos processos	279
2. Coisa julgada	281
2.1. Conceito.....	281
2.2. Espécies.....	282
2.2.1. Coisa julgada formal.....	282
2.2.2. Coisa julgada material	282
2.3. Coisa julgada em relação à União.....	283
2.4. Extensão da coisa julgada.....	283

2.4.1. Limites objetivos.....	284
2.4.2. Limites subjetivos.....	285
2.5. Coisa julgada nas demandas coletivas	285
2.6. Relação jurídica continuativa.....	287
3. Recursos trabalhistas	287
3.1. Introdução.....	287
3.2. Conceito e natureza jurídica.....	288
3.3. Princípios.....	288
3.3.1. Princípio da taxatividade	288
3.3.2. Princípio da instrumentalidade das formas ou da fungibilidade.....	289
3.3.3. Princípio do duplo grau de jurisdição	289
3.3.4. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias	289
3.3.5. Princípio da dialeticidade	291
3.3.6. Princípio do non reformatio in pejus.....	291
3.3.7. Princípio da unirrecorribilidade.....	291
3.4. Requisitos de admissibilidade dos recursos	292
3.4.1. Requisitos objetivos	292
3.4.1.1. Recorribilidade	292
3.4.1.2. Adequação	292
3.4.1.3. Preparo: depósito recursal e custas...293	
3.4.1.4. Tempestividade.....	297
3.4.1.5. Representação	298
3.4.2. Requisitos subjetivos	300
3.4.2.1. Legitimidade	300
3.4.2.2. Sucumbência.....	300
3.5. Efeitos do recurso trabalhista.....	300
3.5.1. Efeito devolutivo.....	301
3.5.2. Efeito obstativo.....	301
3.5.3. Efeito translativo.....	302
3.5.4. Efeito regressivo	302
3.5.5. Efeito extensivo	302
3.5.6. Efeito substitutivo	302
3.6. Procedimento recursal.....	303
3.7. Desistência e renúncia do recurso.....	306

4. Recurso ordinário	306
4.1. Conceito.....	306
4.2. Forma de interposição	307
5. Recurso de revista.....	309
5.1. Conceito.....	309
5.2. Requisitos de admissibilidade.....	309
5.3. Hipóteses de não cabimento do Recurso de Revista	311
5.4. Depósito recursal	311
5.5. Divergência jurisprudencial	312
5.6. Prequestionamento.....	313
5.7. Transcendência.....	313
5.8. Recurso de revista em rito sumaríssimo.....	315
5.9. Procedimento.....	315
6. Embargos de declaração	316
6.1. Conceito.....	316
6.2. Cabimento	317
6.3. Embargos protelatórios.....	318
6.4. Procedimento.....	319
6.5. Pquestionamento ficto.....	320
7. Agravo de instrumento	321
7.1. Conceito.....	321
7.2. Cabimento	321
7.3. Prazos e forma de interposição.....	322
7.4. Requisitos específicos	322
7.5. Procedimento.....	323
8. Agravo de petição.....	324
8.1. Conceito.....	324
8.2. Requisitos específicos	324
8.3. Procedimento.....	325
9. Recurso adesivo	325
9.1. Conceito e características	325
10. Pedido de revisão	326
10.1. Conceito e características	326
11. Embargos de divergência.....	326
11.1. Conceito e características	326
11.3. Procedimento.....	328

12. Agravo interno e regimental.....	329
12.1. Conceito e características	329
12.2. Procedimento.....	329
13. Embargos infringentes.....	330
13.1. Conceito e características	330
14. Remessa necessária.....	331
14.1. Conceito	331
14.2. Hipóteses de não cabimento.....	331
15. Reclamação correicional	332
15.1. Conceito e características	332
16. Uniformização de jurisprudência.....	333
17. Incidente de resolução de demandas repetitivas	335
17.1. Introdução	335
17.2. Procedimento no TST	336
17.3. Procedimento no TRT.....	339
17.4. Procedimento para julgamento dos recursos extraordinários repetitivos	339
17.5. Efeitos do julgamento do recurso repetitivo	340
17.6. A coisa julgada nos recursos repetitivos	341
18. Reclamação	341
18.1. Cabimento e características	341
18.2. Procedimento.....	342
19. Incidente de assunção de competência	343
20. Tópico-síntese.....	344

Capítulo 5 - Execução.....351

1. Liquidação.....	351
1.1. Introdução.....	351
1.2. Espécies de liquidação	352
1.2.1. Liquidação por cálculos	352
1.2.2. Liquidação por arbitramento	352
1.2.3. Liquidação por artigos	353
1.3. Especificidades do cálculo trabalhista.....	353
1.3.1. Atualização monetária	354
1.3.2. Juros de mora	355
1.4. Contribuições previdenciárias	356
1.5. Imposto de renda	359
1.6. Impugnação à conta de liquidação	359

2. Execução trabalhista.....	360
2.1. Introdução.....	360
2.2. Princípios da execução.....	360
2.2.1. Do título.....	360
2.2.2. Efetividade.....	361
2.2.3. Promoção de ofício.....	361
2.2.4. Da natureza real da execução.....	362
2.2.5. Da não prejudicialidade do devedor.....	362
2.3. Fontes normativas.....	362
2.4. Competência.....	363
2.5. Legitimidade.....	363
2.5.1. Legitimidade ativa.....	363
2.5.2. Legitimidade passiva.....	364
2.6. Título executivo.....	365
2.6.1. Conceito.....	365
2.6.2. Espécies.....	365
2.7. Execução provisória.....	366
2.8. Execução de prestações sucessivas.....	368
2.9. Execução de obrigação alternativa.....	368
2.10. Tutela específica ou tutela pelo resultado prático equivalente.....	369
2.11. Falência e recuperação judicial.....	370
2.12. Intervenção e liquidação extrajudicial.....	371
2.13. Nulidade da execução.....	371
2.14. Suspensão da execução.....	371
2.15. Extinção da execução.....	372
2.16. Prescrição intercorrente.....	372
2.17. Custas processuais.....	373
2.18. Depósito recursal.....	374
2.19. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.....	374
2.19.1. Introdução.....	374
2.19.2. Requisitos.....	375
2.19.3. Certidão positiva de créditos trabalhistas.....	375
2.19.4. Banco de dados de devedores trabalhistas.....	375
3. Execução por quantia certa contra devedor insolvente.....	376
3.1. Introdução.....	376

3.2. Petição inicial.....	376
3.3. Citação.....	377
3.4. Garantia da execução.....	379
3.5. Meios utilizados para busca de bem do executado.....	380
3.6. Penhora.....	380
3.6.1. Segunda penhora, penhora complementar e substituição da penhora.....	382
3.6.2. Impenhorabilidade de bens.....	382
3.6.2.1. Impenhorabilidade absoluta.....	382
3.6.2.2. Impenhorabilidade relativa.....	384
3.6.2.3. Bem de família.....	384
3.6.2.4. Pequena propriedade rural.....	385
3.7. Arresto.....	385
3.8. Depósito.....	386
3.9. Avaliação.....	386
3.10. Expropriação de bens.....	387
3.10.1. Alienação antecipada.....	387
3.10.2. Arrematação.....	387
3.10.3. Leilão.....	390
3.10.4. Adjudicação.....	390
3.10.5. Alienação por iniciativa particular.....	391
3.10.6. Usufruto de bem móvel ou imóvel – Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	391
3.10.7. Remição.....	392
3.10.8. Concorrência de credores.....	392
4. Embargos à execução.....	393
4.1. Conceito.....	393
4.2. Prazo.....	393
4.3. Matérias que poderão ser tratadas.....	393
4.4. Procedimento.....	394
4.5. Embargos à execução por carta.....	395
4.6. Relativização da coisa julgada.....	395
5. Exceção de pré-executividade.....	396
6. Embargos de terceiro.....	396
6.1. Conceito.....	396
6.2. Legitimação.....	397

6.3. Competência	397
6.4. Procedimento.....	398
7. Embargos à arrematação, à alienação e à adjudicação	398
8. Atos atentatórios à dignidade da justiça	399
9. Execução contra a fazenda pública.....	400
9.1. Noções gerais.....	400
9.2. Procedimento.....	400
9.3. Precatório e Requisição de Pequeno Valor (RPV)	401
10. Execução de obrigação de dar coisa certa	401
11. Execução de obrigação de dar coisa incerta	402
12. Execução de obrigação de fazer	402
13. Execução de obrigações de não fazer	403
14. Tópico-síntese.....	404
Capítulo 6 - Ações especiais	413
1. Ações especiais.....	413
2. Inquérito judicial para apuração de falta grave	414
2.1. Conceito	414
2.2. Cabimento	414
2.3. Prazo para ajuizamento.....	414
2.4. Natureza jurídica.....	415
2.5. Procedimento.....	416
3. Dissídio coletivo.....	416
3.1. Conceito.....	416
3.2. Classificação	416
3.3. Competência.....	417
3.4. Legitimidade.....	417
3.5. Pressupostos	418
3.6. Petição inicial.....	418
3.7. Procedimento.....	418
3.8. Sentença normativa.....	419
3.8.1. Conceito e natureza jurídica	419
3.8.2. Período de vigência	420
3.8.3. Extensão da sentença normativa	420
3.8.4. Efeitos.....	420
3.9. Revisão.....	421
4. Ação de cumprimento	422
5. Ação anulatória de cláusulas convencionais	422

6. Ação de consignação em pagamento	424
7. Mandado de segurança	426
7.1. Conceito	426
7.2. Modalidades	426
7.3. Legitimidade	427
7.4. Competência	428
7.5. Requisitos	428
7.5.1. Prazo decadencial	428
7.5.2. Direito líquido e certo	429
7.5.3. Ato de autoridade	429
7.6. Procedimento	429
7.6.1. Liminar	430
7.6.2. Coisa julgada	431
7.6.3. Recurso	431
8. Ação civil pública e ação coletiva	432
8.1. Conceito	432
8.2. Legitimidade	433
8.3. Competência	433
8.4. Cabimento	434
8.5. Procedimento	434
9. Ação monitória	434
9.1. Conceito	434
9.2. Procedimento	434
10. Ação rescisória	435
10.1. Conceito	435
10.2. Competência e legitimidade	436
10.3. Hipóteses de cabimento	438
10.3.1. Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz	439
10.3.2. Juiz impedido ou absolutamente incompetente	440
10.3.3. Dolo ou coação da parte, simulação ou colusão entre as partes	440
10.3.4. Ofensa à coisa julgada	441
10.3.5. Violação manifesta de norma jurídica	441
10.3.6. Prova falsa	444
10.3.7. Prova nova	444

10.3.8. Invalidação de confissão, desistência ou transação.....	444
10.3.9. Sentença fundada em erro de fato.....	445
10.4. Requisitos da ação rescisória.....	445
10.5. Procedimento da ação rescisória.....	447
10.6. Recurso.....	448
11. Tópico-síntese.....	449
Referências Bibliográficas.....	457